

ano 13 – n. 24 | set. 2023/fev. 2024
Belo Horizonte | p. 1-212 | ISSN 2238-8508 | DOI 10.52028/RDFE.v13.i24
R. Fórum Dir. Fin. e Econômico – RDFE

**Revista Fórum de Direito
FINANCEIRO E ECONÔMICO**

RDFE

FORUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

REVISTA FÓRUM DE DIREITO FINANCEIRO E ECONÔMICO – RFDFE



A Revista Fórum de Direito Financeiro e Econômico – RFDFE apresenta produções científicas de duas importantes áreas do Direito, que abrangem todo o universo daqueles que, de alguma maneira, usam recursos públicos em suas atividades. Ao divulgar produções acadêmicas nacionais e internacionais, a RFDFE aproxima instituições relacionadas ao Direito Econômico e Financeiro, além de proporcionar ao leitor temas recorrentes a esses ramos, tais como: planejamento, concorrência, recursos minerais e petrolíferos, comércio internacional, reforma urbana e agrária, análises sobre a ordem econômica constitucional, abrangência da *lex mercatoria*, entre outros.

Fundador da Revista

Regis Fernandes de Oliveira (USP)

Coordenadores da Revista

Fernando Facury Scaff – Direito Financeiro (USP)
Gilberto Bercovici – Direito Econômico (USP)

Coordenadores do Conselho Editorial

Heleno Taveira Torres – Direito Financeiro (USP)
Luiz Fernando Massonetto – Direito Econômico (USP)

Membros do Conselho Editorial

| | |
|--|--|
| Airton L. Cerqueira Leite Seelaender (UnB) | Hermes Marcelo Huck (USP) |
| Alessandro Serafim Octaviani (USP) | Horácio Corti (Universidade de Buenos Aires, Argentina) |
| Ana Carla Blancherie (USP) | Itziar Gómez Fernández (Universidad Carlos III, Espanha) |
| Ana Maria Nusdeo (USP) | João Marcelo de Lima Assafim (UFRJ) |
| Antônio José Avelãs Nunes (Universidade de Coimbra, Portugal) | João Ricardo Catarino (Universidade Técnica de Lisboa, Portugal) |
| Antonio Maués (UFPA) | José Casalta Nabais (Universidade de Coimbra, Portugal) |
| Carlos Miguel Herrera (Université de Cergy-Pontoise, França) | José Maria Arruda de Andrade (USP) |
| Cláudio Pereira de Souza Neto (UFF) | Luis Fernando Massonetto (USP) |
| Diogo Rosenthal Coutinho (USP) | Luisa Casseti (Università di Perugia, Itália) |
| Estevão Horvath (USP) | Marcus Faro de Castro (UnB) |
| Fabio Nusdeo (USP) | Martônio Mont'Alverne Barreto Lima (Unifor) |
| Francisco Jose Cañal Garcia (Universidade de Barcelona, Espanha) | Michel Bouvier (Universidade Sorbonne-Paris I, França) |
| Giovani Clark (UFMG) | Ricardo Antônio Lucas Camargo (UFRGS) |
| Gonçalo Avelãs Nunes (Universidade de Aveiro, Portugal) | Roberto Romboli (Università di Pisa, Itália) |
| Heleno Taveira Torres (USP) | Violeta Ruiz Almendral (Universidad Carlos III, Espanha) |

Pareceristas

| | |
|---|---|
| Gilberto Bercovici (Universidade de São Paulo) | Gabriel Loretto Lochagin (Universidade de São Paulo) |
| Onofre Alves Batista Júnior (Universidade Federal de Minas Gerais) | Matheus Carneiro Assunção |
| Élida Graziane Pinto (Procuradora do MP de Contas do Estado de São Paulo) | (Instituto Brasileiro de Direito Tributário – IBDT) |
| Fábio Rubinstein (GVLaw - FGV-SP) | Licurgo Joseph Mourão de Oliveira (TCEMG) |
| Michel Haber Neto (Universidade de São Paulo) | Luma Cavaleiro de Macêdo Scaff (Universidade Federal do Pará) |

© 2024 Editora Fórum Ltda.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, de fotocópias ou de gravação, sem permissão por escrito do possuidor dos direitos de cópias (Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

FÓRUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211 – Jardim Atlântico – CEP 31710-430 – Belo Horizonte/MG – Brasil – Tel.: (31) 99412.0131
www.editoraforum.com.br / E-mail: editoraforum@editoraforum.com.br

Impressa no Brasil / Printed in Brazil / Distribuída em todo o território nacional

Os conceitos e opiniões expressas nos trabalhos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

R454 Revista Fórum de Direito Financeiro e Econômico : RFDFE.
– ano 1, n. 1, (mar./ago. 2012) . – Belo Horizonte :
Fórum, 2012-

Semestral
ISSN 2238-8508
DOI 10.52028/RFDFE

1. Direito financeiro. 2. Direito econômico. 3. Direito público. I. Fórum.

CDD: 341.38
CDU: 347.73

Esta revista está indexada em:

- Directory of Research Journals Indexing - DRJI
- Sumários de Revistas Brasileiras (Sumários.org)
- Scholar Google
- Base RVBI (Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional)

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira

Capa: Igor Jamur
Projeto gráfico: Walter Santos

Sumário

DIREITO FINANCEIRO

Reforma tributária – primeiras impressões, questionamentos, sugestões e análise
(Emenda Constitucional nº 132/2023)

| | |
|--|----|
| Regis Fernandes de Oliveira | 9 |
| I Introdução. Emenda Constitucional nº 132/2023. Forma federativa do Estado | 9 |
| 2 Artigo 1º da EC nº 132/2023. Sustentabilidade ambiental artigos 43 e 225..... | 11 |
| 2.1 Convocação do presidente do comitê gestor..... | 12 |
| 2.2 Competência do STJ..... | 12 |
| 2.3 Princípios | 12 |
| 2.4 Ato cooperativo | 12 |
| 2.5 Microempresas de empresas de pequeno porte..... | 13 |
| 2.6 Contribuição sobre iluminação pública | 13 |
| 2.7 Regras tributárias..... | 13 |
| 2.8 Produto de arrecadação. Operações estatais com alíquotas zero | 13 |
| 2.9 Imunidade de templos religiosos. Crítica | 14 |
| 2.10 Serviço postal | 14 |
| 3 Artigos 3º e 4º da EC nº 132/2023 no texto permanente da Constituição. Artigos 3º e 4º da Emenda Constitucional nº 132/2023..... | 14 |
| 3.1 Administração tributária e direitos dos servidores | 14 |
| 3.2 Restrição a benefícios fiscais | 14 |
| 3.3 Tributo sobre seguro..... | 15 |
| 3.4 Não cumulatividade | 15 |
| 3.5 Distribuição obrigatória por parte dos estados..... | 15 |
| 3.6 Incidência sobre faturamento. Não cumulatividade e regime de devolução para redução das desigualdades..... | 15 |
| 3.7 Proteção ao meio ambiente..... | 15 |
| 3.8 Novo tributo. Bens e serviços prejudiciais à saúde ou meio ambiente | 16 |
| 3.9 Tributo sobre veículos automotores | 16 |
| 3.10 Tributo municipal. IPTU | 16 |
| 3.11 Financiamento do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Públicos. Artigo 239 | 17 |
| 3.12 Regra da educação..... | 17 |
| 3.13 O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)..... | 17 |
| 4 Normas alteradas no corpo da Constituição. Inovações | 17 |
| 4.1 O IVA dual..... | 17 |
| 4.2 O que ocorrerá? O IVA..... | 18 |
| 4.3 Tributo estadual sobre doações e sucessões (transmissão de bens) | 18 |
| 4.4 Princípios | 19 |
| 4.5 Taxas e contribuição de melhoria..... | 19 |
| 4.6 Imposto de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e municípios. Artigo 156-A. O IBS. Recolhimento no destino. Lei complementar integrativa. Regimes especiais | 19 |
| 4.7 Regimes especiais | 21 |
| 4.8 Artigo 156-B. Comitê Gestor do IBS (artigo 156-B). Os conflitos federativos | 22 |
| 4.9 Receita Municipal. Partilha..... | 24 |
| 4.10 Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional. Meio ambiente | 24 |

| | | |
|-------|--|----|
| 4.11 | Vinculação de receita para pagamento de débitos com a União (artigo 167) | 25 |
| 4.12 | Artigo 177, parágrafo 4º, inciso II, letra d. CID..... | 25 |
| 4.13 | Seguridade social. Artigo 195 | 25 |
| 4.14 | A CBS federal. <i>Cashback</i> | 25 |
| 4.15 | Tributo sobre seguridade social..... | 26 |
| 5 | Regimes específicos de tributação | 26 |
| 6 | Imposto seletivo | 27 |
| 7 | Imposto estadual e distrital sobre bens móveis, títulos e créditos..... | 27 |
| 8 | Repartição de outras receitas. Veículos, transporte e renda..... | 27 |
| 9 | Vinculação para pagamentos de débitos com a União | 28 |
| 10 | Artigo 2. da Emenda Constitucional nº 132/2023. O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) | 28 |
| 11 | Desvinculação de receitas – DRU | 28 |
| 12 | Zona Franca de Manaus | 29 |
| 13 | Fundo de Desenvolvimento Sustentável dos Estados da Amazônia Ocidental e do Amapá.. | 29 |
| 14 | Pagamento de precatórios | 29 |
| 15 | Fundo de combate à pobreza. Artigo 82 do ADCT | 30 |
| 16 | Leis complementares supervenientes | 30 |
| 17 | Período de transição..... | 30 |
| 17.1 | Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais ou Financeiros-Fiscais | 31 |
| 17.2 | O artigo 6º da Emenda Constitucional nº 132/2023 | 31 |
| 17.3 | Artigo 7º da Emenda Constitucional nº 132/2023. Compensação financeira..... | 31 |
| 17.4 | Artigo 8º da Emenda Constitucional nº 132/2023. Alíquotas reduzidas. Cesta básica. Alíquota zero..... | 32 |
| 17.5 | Artigo 9º do ADCT. Regime diferenciado (Alíquotas reduzidas). <i>Cash back</i> | 32 |
| 17.6 | Artigo 10 da EC nº 132/2023. Serviços financeiros | 34 |
| 17.7 | Artigo 11 da EC 132/2023. Contribuições sobre receita | 35 |
| 17.8 | Artigo 12 da EC nº 132/2023. Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais ou Financeiro-Fiscais | 35 |
| 17.9 | Artigo 13 da EC nº 132/2023 | 35 |
| 17.10 | Artigo 14 da EC nº 132/2023. Ônus da União com o comitê gestor..... | 35 |
| 17.11 | Artigo 15 da EC nº 132/2023. Compensações..... | 36 |
| 17.12 | Artigo 16 da EC nº 132/2023. Incidência do imposto <i>causa mortis</i> e doação | 36 |
| 17.13 | Artigo 17 da EC nº 132/2023..... | 36 |
| 17.14 | Artigo 18 da EC nº 132/2023. Prazos impostos ao Executivo para encaminhamento de projetos de lei | 36 |
| 17.15 | Artigo 19 da EC nº 132/2023. Crédito presumido. Veículos automotores | 36 |
| 17.16 | Artigo 20 da EC nº 132/2023. Forma de cobrança do PASEP | 37 |
| 17.17 | Artigo 21 da EC nº 132/2023 | 37 |
| 17.18 | Artigos 22 e 23 da EC nº 132/2023 | 37 |
| 18 | Algumas considerações finais | 37 |

O artigo 167, IV (não afetação), em 35 anos da Constituição de 1988

| | |
|---|----|
| Fernando Facury Scaff | 39 |
| Introdução | 39 |
| I Mudanças normativas no artigo 167, IV, até seu texto atual | 40 |
| II.1 A vinculação para ensino e para ciência e tecnologia do artigo 218, §5º, CF/88 | 42 |
| II O artigo 167, IV, CF/88: vinculação, afetação, referibilidade, priorização, rateio federativo e despesas obrigatórias | 43 |
| III Exegese das exceções previstas no artigo 167, IV, CF/88..... | 46 |
| IV A interpretação do artigo 167, IV, pelo STF | 48 |
| IV.1 Não afetação apenas para impostos..... | 48 |
| IV.2 Vinculação ao ensino, universidades, ciência e tecnologia..... | 49 |
| IV.3 Vinculação a saúde | 53 |
| IV.4 Não vinculação a fundos..... | 54 |

| | | |
|------|--|----|
| IV.5 | Vínculos obrigatórios determinados pelos estados aos municípios | 56 |
| IV.6 | A possibilidade de destinação na Lei Orçamentário Anual (LOA) | 58 |
| | Conclusões: as necessárias diretrizes de espaço (federalismo), tempo (orçamento) e prioridade (direitos fundamentais) na análise do artigo 167, IV | 59 |
| | Referências | 63 |

Inclusão das renúncias fiscais na reforma tributária: uma necessidade premente

| | |
|--|----|
| Andrea Siqueira Martins | 65 |
| Introdução | 65 |
| 1 O que são renúncias tributárias? | 66 |
| 2 Classificação dos gastos tributários | 70 |
| 3 Fundamentos das exonerações tributárias | 73 |
| 3.1 Visão tradicional das exonerações | 73 |
| 3.2 Extrafiscalidade | 74 |
| 4 Riscos ocasionados pelos gastos indiretos | 77 |
| 5 Propostas para a inclusão dos gastos tributários na reforma tributária | 79 |
| 5.1 A inclusão do artigo 14 da LRF no Código Tributário | 79 |
| 5.2 Alteração das normas orçamentárias | 80 |
| 5.3 Instituição de uma cláusula de vigência máxima na legislação que veicula renúncia de receitas tributárias | 82 |
| 6 Proposta de reforma tributária em tramitação no Congresso Nacional | 84 |
| 6.1 Tributação com base no princípio do destino | 85 |
| 6.2 Devolução do IBS (<i>cashback</i>) | 88 |
| Conclusão | 89 |
| Referências | 90 |

Há limites para a arte no direito? Um reestudo interdisciplinar do tema, à luz de nossos tempos

| | |
|---|-----|
| Carlos Henrique Crosara Delgado | 93 |
| I Introdução | 93 |
| II Brevíssimo esboço histórico da arte e de sua evolução conceitual | 99 |
| III A interdisciplinaridade entre arte e direito: breve explanação | 105 |
| IV.1 Arte e ideologia | 109 |
| IV.2 Arte e protesto social | 111 |
| IV.3 Arte, política e cultura do “cancelamento” nas redes sociais | 111 |
| V O exame analítico da jurisprudência formada sobre a matéria | 113 |
| VI Conclusões | 121 |
| Referências | 123 |

DIREITO ECONÔMICO

As relações entre o direito concorrencial e o direito societário

| | |
|---|-----|
| Gilberto Bercovici | 127 |
| 1 Objetivos gerais do direito concorrencial | 127 |
| 2 O controle de concentrações | 129 |
| 3 As relações entre o direito societário e o direito concorrencial | 131 |
| 4 Influência dominante <i>versus</i> influência relevante nas participações acionárias minoritárias | 135 |
| 5 Medidas estruturais assecuratórias da concorrência na aquisição de participações acionárias minoritárias e o papel da governança corporativa | 138 |
| 6 Síntese conclusiva | 145 |
| Referências | 149 |

Sanções pecuniárias e recuperação judicial: função social e preservação das empresas

| | |
|--|-----|
| Cláudio Pereira de Souza Neto | 153 |
| 1 Introdução | 153 |
| 2 Nota contextual..... | 154 |
| 3 Acordos de leniência, sanções pecuniárias e recuperação judicial | 160 |
| 4 Créditos decorrentes de sanções administrativas: classificação legal e jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça..... | 161 |
| 5 Função social da propriedade empresarial, recuperação judicial e sanções pecuniárias...166 | |
| 6 Acordos de leniência, recuperação judicial e teoria da imprevisão | 171 |
| 7 Proteção do mercado interno, do princípio da soberania e da finalidade constitucional de se promover o desenvolvimento nacional..... | 174 |
| 8 Proteção do direito ao trabalho e ao salário..... | 176 |
| 9 Conclusão | 178 |
| Referências | 179 |

As particularidades da defesa da concorrência no setor bancário e as implicações do risco sistêmico

| | |
|--|-----|
| Vanessa Moura Pereira de Cavalcante | 181 |
| 1 Introdução | 181 |
| 2 Da regulação e concorrência no setor financeiro | 183 |
| 3 O sistema financeiro na Constituição Federal de 1988..... | 185 |
| 4 Do sistema financeiro e os riscos da atividade bancária..... | 187 |
| 4.1 Noções de riscos | 190 |
| 4.2 Risco sistêmico | 192 |
| 4.3 O risco sistêmico e a vulnerabilidade do setor bancário..... | 193 |
| 5 Regulação prudencial e regulação sistêmica..... | 194 |
| Conclusão | 196 |
| Referências | 198 |

O “mercado interno” na Constituinte de 1987-1988: história oral e registros acerca da formulação do artigo 219

| | |
|---|-----|
| José Augusto Medeiros | 201 |
| 1 Introdução | 201 |
| 1.1 O artigo 219 na Constituinte de 1988: devolvendo o mercado interno para o “povo” | 201 |
| 2 Contexto..... | 202 |
| 2.1 A Constituinte | 202 |
| 2.2 O entrevistado | 203 |
| 3 Depoimento..... | 204 |
| 3.1 O Movimento e Ciência e Tecnologia na Constituinte para o Desenvolvimento Social (MCTC) | 204 |
| 3.2 Os trabalhos do movimento e a Constituinte | 205 |
| 3.3 A redação do artigo 219: sentido e influências | 207 |
| Referências | 209 |

| | |
|---------------------------------|-----|
| Instruções para os autores..... | 211 |
|---------------------------------|-----|